

a Caravana

N.º avulso € 0,90
Assinatura anual € 9,00

Trimestral - Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

3ª Série - Ano XXI - nº 94, julho / setembro 2019

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PUBLICOU O RELATÓRIO SOBRE O RACISMO, A XENOFOBIA E A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EM PORTUGAL

Como já foi noticiado no nº anterior da Caravana, em 9 de julho realizou-se na Assembleia da República (AR) uma Conferência para apresentar a versão preliminar do referido Relatório. Do texto então apresentado salientamos os seguintes aspetos.

Foram realizadas audições e, simultaneamente, “visitas, que incidiram em territórios com forte expressão das comunidades ciganas: Bragança, Coimbra, Moura e Seixal”. Realizaram-se ainda duas visitas a Estabelecimentos Prisionais.

Na área da **justiça e segurança**, e entre as Recomendações, o Relatório (R) propõe desenvolver estratégias para o recrutamento de agentes de segurança dentro de comunidades ciganas.

No domínio da **educação**, em

2018, a Direcção-Geral da Educação lançou uma informação resultante do inquérito que aplicou às escolas públicas relativo ao ano letivo de 2016-2017 às crianças ciganas, e “torna-se evidente que conforme

vai aumentando o nível de escolaridade, vai diminuindo o número de estudantes ciganos a frequentar o ensino, ou seja, no 1º ciclo estavam inscritos naquele ano letivo 5879 alunos, no secundário tínhamos 256 alunos. Um aspeto positivo referido é que já há mais crianças ciganas a frequentar a educação pré-escolar.

Sobre o ensino profissional, Cristina Roldão* refere que “em 2004, começou uma política de incentivo aos cursos profissionais e de alargamento das vias profissionalizantes ou não regulares no sistema

(Continua na pág. 2)



Editorial

A URGÊNCIA DE AGIR

Neste número da Caravana, damos relevo a uma notícia já anunciada no último nº: o Relatório da Assembleia da República sobre o Racismo, a Xenofobia e a Discriminação étnico-racial em Portugal. Focando exclusivamente o que se refere à população cigana, já no nosso último nº salientámos o “notável trabalho que incluiu visitas às barracas de ciganos em Bragança, entre outras iniciativas”. Agora apresentamos alguns aspetos da versão prelimi-

nar do Relatório que nos pareceram mais relevantes. Sem prejuízo do grande mérito deste trabalho realizado pela AR, não deixamos de constatar que não constam das múltiplas entidades e pessoas ouvidas, nem a única Federação de Associações Ciganas existente em Portugal, a FECALP (Federação Calhim Portuguesa), nem as Pastorais ciganas, com exceção da de Bragança a quem se deveu a organização da visita da AR aos lamentáveis e vergonhosos bairros de barracas de ciganos que ali persistem. De facto, esta Pastoral, como outras, conhece os ci-

(Continua na pág. 3)

AR PUBLICOU RELATÓRIO

(Continuação da pág. 1)

educativo. Elas já existiam nas escolas privadas e algumas vias nas escolas públicas, mas a partir de 2004 realmente dá-se um alargamento”.

No que concerne à **habitação**, o R refere o levantamento realizado pelo IHRU em 2017, onde é referido “que há 26.000 famílias em locais abarracados ou edificações precárias. A caracterização feita pelo mesmo Instituto em 2015 relativamente às condições de habitação das comunidades ciganas em Portugal estima que 45% dos alojamentos não clássicos são ocupados por famílias ciganas e que 46% da habitação social é ocupada por famílias ciganas. Este levantamento corresponde a cerca de 40.000 pessoas e de 10.000 famílias.”

“Em 2015, os 10 concelhos com situações de maior precariedade habitacional de famílias ciganas são Bragança, Faro, Moura, Coruche, Ovar, Portimão, Ílhavo, Loulé, Estremoz e Estarreja. Contudo, é importante referenciar que os municípios de Almada, Cascais, Loures, Porto e Setúbal não apresentaram dados, pelo que foram incluídos no estudo através de estimativas.”

Nas deslocações realizadas no âmbito do R, foram visitados “acampamentos” em Bragança e Moura, um bairro de barra-

cas e de habitações precárias em Loures e Setúbal, um bairro de génese ilegal na Amadora e habitação social em Coimbra, Moura, Loures, Setúbal e Moita.

Também nas audições foram relatadas situações de habitação precária das comunidades ciganas no país, em Aveiro, Santa Maria da Feira, Évora, Reguengos de Monsaraz, Beja, Vidigueira e Almeirim.”

A Presidente do IHRU referiu os processos de realojamento de comunidades ciganas “em Peso da Régua e Campo Maior, bem como a experiência recente iniciado no Bairro da Jamaica, no Seixal, como uma boa prática. Das 234 famílias que serão realojadas, já houve realojamento de 62, em soluções de realojamento disperso em fogos adquiridos no concelho do Seixal.

Na nova geração de políticas de habitação há um programa, ‘Primeiro Direito’, criado em 2018, que passa pela sinalização dos Municípios de situações habitacionais indignas. O programa depende de ini-

ciativa municipal, que tem que apresentar um diagnóstico das necessidades para o seu território, através de estratégias locais de habitação. Até à data da audiência tinham sido apresentados 71 pedidos de apoio para a realização destas estratégias municipais.”

Na área do **trabalho/emprego**, o R diz que “em matéria de formação profissional, foi referida a inadequação às comunidades ciganas, nomeadamente, no que diz respeito à adequação aos níveis de escolaridade, aos horários de formação e às estratégias adotadas para a permanência na formação.”

“Foram sendo feitas referências à importância dos mediadores socioculturais, tema que surge durante as audições muito relacionado com a educação, e em particular com a mediação nas comunidades ciganas como fator essencial para uma melhor inclusão, mas que também foi referido no âmbito da saúde.”

Sobre este tema, o R refere a intervenção de “Luís Romão**”: “O mediador escolar é extremamente im-

portante para o sucesso das comunidades ciganas na educação. É extremamente importante! Isto que fique bem claro, e vou explicar porquê. Eu sou mediador ou sou assistente operacional, como lhe queiram chamar, há 17 anos. Eu, quando fui trabalhar para a escola, lem-

bro-me que não havia ninguém no jardim de infância. Não era hábito. Os pais de crianças com 8 anos pensavam que os miúdos ainda eram pequeninos e com três anos diziam: «O meu filho ainda é um bebé para ir para a escola». Isto acontece na comunidade cigana. Mas, depois, terem um mediador na escola a confiança começou a ser outra. Não quer dizer que os ciganos sejam menos do que os outros. Se os outros vão, porque é que os ciganos também não têm que ir? Mas, se existe este problema e se se consegue resolver com um mediador, porque é que não se coloca um mediador?”

O Alto Comissário para as Migrações dá-nos os seguintes dados “(...) com o Programa de Mediadores Municipais Interculturais – temos, hoje, 42 mediadores, dos quais 20 são pessoas das comunidades ciganas (...)”.

(Continua na pág. 4)



OBCIG

“OS FRUTOS DO GRÃO SEMEADO”

– UMA COMUNIDADE CIGANA NA HUNGRIA

Artigo no *Nevi Yag** de junho de 2019, por Éva Rózshgyné Juhász, colaboradora da pastoral da arquidiocese de Hajdúdorog (Hungria)

O P. Sója Miklós (SM) chegou à comunidade greco-católica de Hodász em 1942, e, jovem padre, percorreu a aldeia, falando com toda a gente, incluindo o bairro cigano, na extremidade da povoação. Aí travou familiaridade com as crianças que ajudou a formar, mais tarde, como adultos conscientes, eles que “aos olhos dos outros, não eram mais que *nada de nada*”. SM começou por organizar uma peregrinação ao santuário de Máriapócs com os ciganos que são tendeiros de profissão. Esta primeira peregrinação despertou

nos ciganos a vontade de pedir os sacramentos da confissão e da eucaristia. Trataram então de procurar um sítio onde se reunir. A capela foi autoconstruída. A primeira missa foi celebrada em *lovári* (língua cigana). Entretanto SM tinha aprendido o dialeto *cerhári* (dialeto cigano) e tinha feito a tradução da liturgia. A capela tinha diversas funções: casa de Deus, escola, local de diversas atividades da comunidade. SM tratou de alfabetizar os seus paroquianos, iniciou-os a comer com talheres. A capela estava decorada com letras do alfabeto e com tabelas da tabuada, ao lado das



imagens santas. Na capela era também feita a distribuição de roupa e de calçado. Havia um caderno onde SM desenhava os contornos dos pés das crianças. No programa de SM estava também a organização de grupos de teatro, dança, desporto, etc. A comunidade cigana de Hodász tornou-se uma paróquia.

Em 1968 o Papa Paulo VI deu-lhe US\$ 1.000, como presente pessoal para aumentar e embelezar a capela. Em 1981 SM reformou-se ao fim de 40 anos de serviço. Com o tempo, a capela transformou-se em igreja. Seguiu-se a criação de centros, como um lar, uma casa provisória para famílias em dificuldades, um local para cursos de reciclagem, uma escola materno-infantil. Atualmente a paróquia cigana greco-católica e os seus centros são os empregadores mais importantes. Na aldeia, a compreensão mútua entre ciganos e húngaros é exemplar. O número dos ciganos com diplomas aumenta, sobretudo entre as raparigas que se tornam educadoras da escola materno-infantil, assistentes sociais.

“Pensamos que o nosso trabalho de 70 anos deu os seus frutos.”

**Nevi Yag* (*fogo novo em Romani*) é a revista do CCIT (Comité Católico Internacional para os Ciganos)

Editorial

(Continuação da pág. 1)

ganos um a um pelo nome, conhece os seus dramas, luta para os resolver, é amiga dos ciganos, chorando com o seu sofrimento e alegrando-se quando eles conseguem algum pequeno sucesso na sua luta pela sobrevivência, o que infelizmente é raro.

As entidades não devem ter medo de quem conhece a realidade por dentro, de quem, por isso, por vezes pode ser inconveniente – a verdade nem sempre é cómoda. Não devem ignorar os avisos, as queixas, os pedidos de quem sofre com quem sofre, porque isso pode não contribuir para a imagem que querem projetar, imagem essa tanta vezes construída sobre atropelos, pobreza, exclusão, sofrimento,

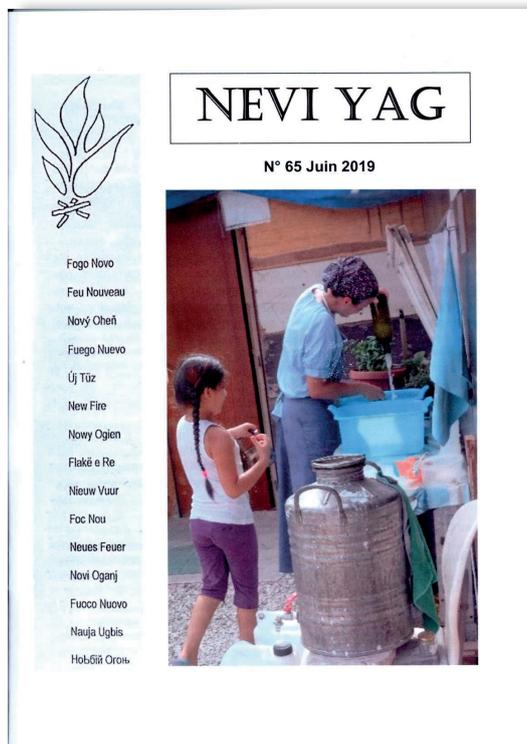
desigualdades ocultadas porque não se reconheceram honestamente e não foram criadas soluções para elas. Quão melhor seria, que bela e sã imagem daria a declaração de que: existem estes problemas, foi a Igreja que os revelou?, obrigado Igreja por este serviço, vamos DE FACTO tentar resolvê-los, digam-nos sff se as soluções que encontrámos os resolveram. Tal será um mundo ideal? Ideal talvez, mas irreal, não, assim queiramos ser, não apenas parecer, realmente úteis para que os nossos concidadãos sintam cada vez menos a violência do abismo que tantas vezes os separa de uma vida digna a que teoricamente têm direito, mas que, na prática, raramente se concretiza.

Francisco Monteiro

AINDA A REUNIÃO DO CCIT EM TROGIR: APONTAMENTOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

No nº 92, a Caravana noticiou algumas das principais apresentações feitas nesta reunião do CCIT, em Trogir, Croácia de 5 a 7 de abril. No nº de junho do Nevi Yag, Aude Morisod da Suíça, apresentou as conclusões dos habituais grupos de trabalho, em que salientamos algumas reflexões de participantes ciganos e não ciganos de diversos países presentes.

Para alguns ciganos “Deus está para além de tudo; para eles a transmissão da fé pode dispensar uma organização; não é primeiramente a partir de uma obediência a prescrições que a fé se transmite, mas a partir da relação, quando eles vêem que podem contar com o outro; desde logo, somente relações sólidas a longo prazo com eles, podem ser fatores de mudança e de acolhimento do Evangelho.” Os ciganos “vão à confissão cristã onde se sentem bem-vindos e acolhidos”. Finalmente, os ciganos “são sociedades de tipo comunitário, enquanto que os Sedentários se tornam sempre mais individualistas.”



Uma não cigana dá testemunho de que a espontaneidade das crianças ciganas, o seu sentido da música, dos cantos, do louvor, modificou em profundidade a sua prática de catequista; outra dá testemunho do acolhimento que lhes ofereceu, mas, de facto, segundo diz, foram eles que a aceitaram; outra ainda diz que a cigana espera a sua visita para partilhar as suas tristezas, as suas alegrias, toda a vida da sua família; alguém fala da importância do instante presente, do inesperado, desta disponibilidade intensa para o imprevisto que tanto bem faz, deste sentido da adaptação e de saber desvencilhar-se. Uma Irmãzinha de Jesus diz que “a minha fé aumenta porque toda a sua vida me fala de Deus”. Alguém observou: os ciganos têm tantas coisas a dizer à Igreja sobre Deus. Um outro testemunho: “não possuir a verdade, mas recebê-la e depois vivê-la nas comunidades e, finalmente,

vem o semear, mas antes de germinar, o grão de trigo primeiro deve morrer “- morrer para si mesmo”.

AR PUBLICOU RELATÓRIO

(Continuação da pág. 3)

O Secretário de Estado da Educação refere: “sobre mediadores, o último despacho da organização do ano letivo, faz uma discriminação positiva das escolas TEIP, com mais horas no cálculo de crédito, e todas as escolas – sejam TEIP ou não – podem optar, quando recorrem à contratação, por contratar professores ou técnicos, sejam psicólogos, mediadores, etc. Isto permite às escolas gerir este crédito com muito mais liberdade para poderem contratar as pessoas que fazem mais sentido para as necessidades da escola e, nalguns casos, têm sido contratados mediadores.”

E a Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna também reforça o papel dos mediadores: “temos também financiado a criação e mediadores culturais ou de conflitos, nas situações onde verificamos que é necessário que, na escola, as crianças saibam resolver os seus problemas e não os levem para

casa. Temos mediadores em Lisboa, Loulé, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia, onde temos contratos locais e procuramos, sempre que possível, proceder à formação de mediadores locais, para que possam fazer essa ligação e essa intercomunicação”.

“Estes profissionais, apesar de realizarem uma função específica e diferenciada, são enquadrados na administração pública, na maioria dos casos, como técnicos operacionais, porque a profissão não está regulamentada.”

Entre as recomendações, salienta-se a “de promover projetos dentro da política pública de emprego, de emprego apoiado para as comunidades ciganas.”

* Professora da ESE (Escola Superior de Educação) de Setúbal

** Associação Sílabas Dinâmicas

FRA: RELATÓRIO DE 2019

SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Em junho, a Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), publicou o seu Relatório (R) de 2019. Do extenso documento, vamos salientar apenas dois capítulos: o primeiro sobre a *Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na UE: uma questão de direitos humanos e fundamentais* e o quinto sobre *A Integração dos Ciganos*.

“Em 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou formalmente a universal, integrada e transformadora *Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”* juntamente com um conjunto de 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 tarefas. “A adoção da Agenda 2030 e dos seus ODSs representa uma mudança de paradigma das políticas internacionais de cooperação para o desenvolvimento.

A UE comprometeu-se a implementar os ODSs tanto nas suas políticas internas como nas externas.”

Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)

1. **Terminar a pobreza em todas as suas formas, onde quer que seja.**

A assistência da UE concentra-se nos Países Menos Desenvolvidos e nos Países com Rendimento mais Baixo. Os principais instrumentos de financiamento da UE são o *Instrumento para a Cooperação para o Desenvolvimento* e o *Fundo para o Desenvolvimento Europeu*.

2. **Terminar a fome, conseguir a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover uma agricultura sustentável**

3. **Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades**

4. **Assegurar educação inclusiva e de qualidade equitativa e promover oportunidades de aprendizagem para todos durante toda a vida**

5. **Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas**

6. **Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos**

7. **Assegurar o acesso a energia de custo acessível, confiável, sustentável e moderna para todos**

8. **Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos**

Na política de cooperação para o desenvolvimento da UE, a Agenda para a Mudança foca o crescimento inclusivo e sustentável para o desenvolvimento hu-

mano como uma das suas prioridades, particularmente naqueles sectores que têm um impacto mais fortemente multiplicador nas economias dos países em desenvolvimento, particularmente na agricultura e na energia sustentáveis. A UE fomenta padrões elevados nas condições de trabalho internacionalmente, bem como a formalização da economia informal.

9. **Construir uma infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e encorajar a inovação**

10. **Reduzir a desigualdade no interior dos países e entre eles**

11. **Fazer as cidades e os aglomerados humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

A UE apoia especialmente o acesso à água e ao saneamento, a mobilidade urbana, a energia e a habitação de custo acessível, tal como a eficiência energética e a prevenção de desastres e a mobilização.

A UE promove a urbanização sustentável como uma ferramenta básica para realçar o desenvolvimento mais efetivo a nível local

12. **Assegurar o consumo sustentável a padrões de produção**

13. **Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os respetivos choques**

14. **Conservar e utilizar sustentavelmente os oceanos, os mares, e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**

15. **Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir sustentavelmente as florestas, combater a desertificação, e parar e reverter a degradação dos solos e parar a perda da biodiversidade**

16. **Conseguir sociedades pacíficas e inclusivas, a observância da lei, instituições efetivas e capazes**

17. **Fortalecer Meios de Implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**

* *Documento da DG da Cooperação e Desenvolvimento Internacional da Comissão Europeia.*

1. Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na UE: uma questão de direitos humanos e fundamentais

Para além dos comentários inseridos em alguns dos ODSs, uma das “opiniões” da FRA neste capítulo é que

(Continua na pág. 7)



TRABALHAR COM OS CIGANOS: PARTICIPAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS

Em 16 nov. a FRA (Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais) publicou o Relatório com o tema em epígrafe que se baseia nos resultados de participação de ciganos em atividades locais de integração nas áreas da habitação local, educação, emprego e desenvolvimento comunitário.

Conclusão dos n.ºs anteriores (92 e 93)

A construção de relações de confiança entre as comunidades para garantir o sucesso, é outro dos aspetos sublinhados pela investigação, tendo por base a confiança entre as partes interessadas, sendo que a sua falta afeta a implementação dos projetos de inclusão. “Sempre que as comunidades confiam nas pessoas que implementam os projetos, é mais provável que participem em atividades do projeto e partilhem abertamente os seus pensamentos e opiniões; como resultado, as intervenções acabam por conduzir a resultados mais concretos e significativos”.

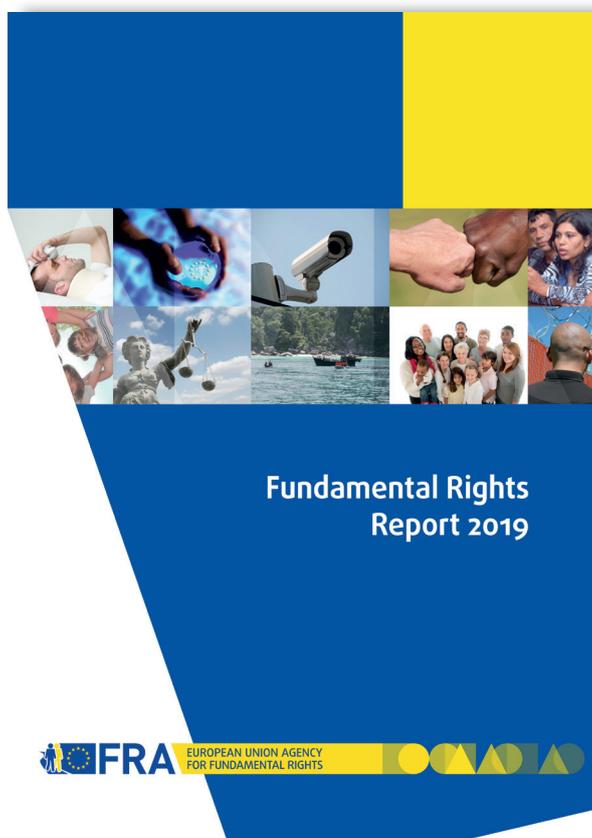
A investigação sublinha também a importância da comunicação, sendo que esta deve ser de forma transparente, acessível, adequada e adaptada no que respeita às políticas, às estratégias e aos projetos locais. Tal é vital para gerir as expectativas das populações locais e para assegurar a implementação bem-sucedida dos esforços de integração. “A forma como os objetivos, métodos e limitações de um projeto são comunicados às comunidades locais é, em muitos casos, tão importante como essa informação”.

A investigação recorda ainda a necessidade de prestar atenção às relações comunitárias para uma melhor conceção dos esforços de inclusão, e que podem afetar não só a escolha das técnicas de participação e envolvimento, como os resultados e o sucesso das intervenções locais. “Quando os projetos têm em conta os principais promotores, estes podem ajudar a estabelecer o contacto com outros membros da comunidade e a envolvê-los em atividades e projetos locais”.

“Quando as pessoas têm a oportunidade de expressarem as suas opiniões em diálogo com as autoridades locais, estão mais bem preparadas para lutarem pelos seus direitos, o que pode conduzir a uma maior emancipação”. Simultaneamente, as autoridades locais aprendem a ouvir as necessidades e as opiniões dos seus cidadãos, e os residentes locais aprendem a desenvolver expectativas mais realistas. Mais importante ainda, a investigação mostra que a capacitação das pessoas pode ajudar a quebrar a imagem estereotipada dos ciganos como eternas vítimas e encorajá-las a assumir uma posição de igualdade na reivindicação da sua quota-parte no desenvolvimento social e no progresso”, tendo “os esforços centrados na capacitação das mulheres e dos jovens ciganos sido um elemento importante do êxito do projeto”.

A integração de abordagens participativas e a flexibilidade nos mecanismos de financiamento e na conceção dos projetos são a última das conclusões da investigação. “A investigação conclui que a promoção de atividades de pequena escala e de base comunitária, incluindo a promoção da sensibilização para os direitos e a interação cultural, a conceção de intervenções direcionadas para os cidadãos ciganos e não ciganos,

bem como a adoção de quadros mais flexíveis e de prazos mais longos, podem conduzir a resultados significativos e alterar a situação dos ciganos a nível local. O desenvolvimento de intervenções a nível local não de forma isolada, mas no contexto mais vasto dos projetos de inclusão social dos ciganos e das comunidades em situações marginalizadas ou vulneráveis, é igualmente importante para garantir um impacto sustentável a longo prazo”. Muitas vezes, o “proporcionar mais tempo e flexibilidade para abordagens participativas e processos cíclicos que permitam rever e reajustar projetos pode também ajudar a alcançar resultados significativos a longo prazo”.



DISCRIMINAÇÃO

Expresso (6 julho)

“Portugal tem racismo não assumido”

Discriminação: Relatório sobre racismo reconhece desigualdades no tratamento de minorias étnico-raciais, em todas as áreas da sociedade. Os ciganos são os mais prejudicados.

“O Instituto Nacional de Estatística recusou-se a introduzir uma pergunta sobre a origem étnico-racial nos próximos Censos, mas o ‘Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação’, concluído pela Assembleia da República (AR), identifica a falta de dados quantitativos sobre as comunidades minoritárias como um dos grandes obstáculos para combater as desigualdades existentes no país. Fala mesmo na ‘necessidade urgente de informação para poder desenvolver políticas públicas’. Ainda assim, o relatório permite chegar a uma conclusão clara: “Portugal é um país em que há comportamentos racistas, com um racismo que não é assumido e como não é assumido, torna-se um não assunto e não se fala dele”, explica Catarina Marcelino, a deputada socialista relatora do documento. “Serve para confirmar, de forma objetiva, que há problemas de discriminação que têm de ser resolvidos com políticas públicas. É fundamental a intervenção do Estado para corrigir e minimizar a situação, defende. Elaborado ao longo de cinco meses”, o documento foi apresentado na AR em 9 de julho.

“O objetivo do relatório é dar ‘voz a quem é alvo da discriminação’ e a quem com eles trabalha e apresentar soluções. Para prepará-lo, forma ouvidas 31 entidades e

personalidades, entre autoridades policiais, associações de ciganos, de luta contra o racismo”, entre outras. E também dirigentes da Administração Pública, que assumem... ‘ter consciência de que existem assimetrias com base na discriminação étnico-racial’.

As audições foram complementadas com visitas a dez zonas de forte expressão de comunidades ciganas e afrodescendentes, em Bragança, Coimbra, Moura, Amadora, Loures, Cascais, Setúbal e Sintra, desde bairros a prisões”.

“O ponto de partida do trabalho foram os últimos dados da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial: em 2018 foram apresentadas 346 queixas por discriminação, a maior parte das quais de indivíduos de etnia cigana (21,2%). ... Mas a informação é insuficiente para conhecer a realidade nacional.”

“O relatório conclui que a ‘participação de pessoas negras, das comunidades ciganas ou de comunidades migrantes é praticamente inexistente’ nos órgãos eleitos (Parlamento Europeu, AR, Assembleias e Câmaras Municipais), embora a diversidade étnico-cultural no país seja ‘muito expressiva’”. Entre as “recomendações”, o relatório indica a de “sensibilizar os partidos políticos para a integração de minorias étnico-raciais nas listas que concorrem às eleições europeias, legislativas e autárquicas.” O relatório classifica a justiça e a segurança como “uma das questões ‘mais sensíveis’ e as audições revelaram a ‘existência de desconfianças nas camadas mais jovens dos bairros em relação às forças de segurança. Identifica também a indiferença destas forças de segurança para a necessidade de conquistarem a confiança dos jovens das comunidades minoritárias.

(Continua na pág. 7)

FRA: RELATÓRIO DE 2019

(Continuação da pág. 5)

“os Estados Membros (EMs) da UE deveriam envolver a sociedade civil em todas as suas manifestações e a todos os níveis nos resultados a obter relativamente aos ODSs.”

5. A Integração dos Ciganos

Entre as “opiniões” da FRA neste capítulo do seu Relatório lê-se que o anticiganismo deve ser reconhecido “como uma forma de racismo que pode levar a formas de discriminação estrutural”. “Apenas poucos exemplos de denúncia de incidentes e recolha de dados sobre o anticiganismo puderam ser identificados na generalidade dos EMs da UE”.

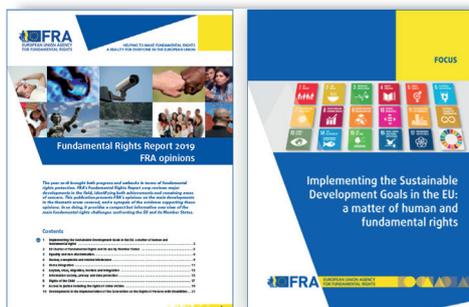
Na avaliação da implementação das estratégias nacionais para a integração das comunidades ciganas

(ENICCs), a UE sublinhou “a importância do envolvimento da comunidade, acentuando também que a participação dos ciganos pode ajudar a identificar as prioridades de financiamento. ... Um tal envolvimento ao nível da comunidade tem o potencial de propulsar a eficácia dos Fundos Estruturais e de Investimento

Europeus, ao refletirem as prioridades das comunidades locais, e tornando genuinamente inclusivo o processo da sua implementação.”

“Os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e outras fontes de financiamento deveriam ser utilizados para promover e facilitar a participação de projetos de integração ciganos e originados

nas comunidades. Futuros acordos de parceria para a nova geração de fundos da UE deveriam incluir explicitamente a participação de ciganos na conceção, implementação e monitorização do investimento relevante na inclusão dos ciganos ao nível local.”



CIGANOS SÃO NOTÍCIA

(Continuação da pág. 7)

Toronto, no Canadá, é a cidade citada como exemplo a seguir, por ter integrado cidadãos de minorias nas polícias. É ainda referida... a ‘desproporcionalidade de pessoas afrodescendentes, ciganas e brasileiras na população prisional, sem que, contudo, existam dados estatísticos que sustentem a percepção’.

O relatório recomenda “desenvolver projetos de proximidade entre os jovens das comunidades afrodescendentes e ciganas e os agentes de segurança’ e ‘criar campanhas e estratégias para recrutamento dos agentes dentro das próprias comunidades ciganas e de afrodescendentes’.

No domínio da educação, o relatório preconiza “o combate ao abandono escolar das meninas das comunidades ciganas e recomenda ‘combater a segregação no sistema de ensino, garantindo o fim de escolas ou turmas formadas exclusivamente por crianças de minorias étnico-raciais’”. No que concerne à habitação, o relatório afirma que “a recolha de dados confirmou que a comunidade cigana é a mais afetada pela precariedade habitacional, concluindo que ‘há uma prática reiterada de recusar o arrendamento a pessoas destas comunidades que muitas vezes não conseguem sair da precariedade habitacional porque não têm acesso ao mercado livre de arrendamento, situação que configura a violação da lei’”. O relatório recomenda “acabar com situações habitacionais indignas até 2024 e desenvolver mecanismos de apoio jurídico e social ao arrendamento que contribuam para impedir a recusa dos proprietários em alugar casas a minorias”.

Sobre o trabalho e o emprego o relatório aponta como situações identificadas as “desigualdades laborais que passam pela discriminação salarial e que começam pela recusa em aceitar trabalhadores étnico-raciais, sobretudo ciganos”. “Também a falta de representatividade de afrodescendentes e pessoas de etnia cigana na Administração Pública ‘quer em lugares de topo quer nas repartições e serviços’, é apontada pelo documento parlamentar”.

Neste âmbito recomenda “desenvolver mecanismos de dissuasão da exclusão de pessoas na seleção de trabalhadores por motivos étnico-raciais’ e ‘promover projetos de política pública de emprego para as comunidades ciganas e dar formação específica aos inspetores da Autoridade para as Condições de Trabalho sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial’ e ainda ‘regular o estatuto do mediador sociocultural’”.

DIVERSOS

Jornal de Leiria (14 mar)

Os ciganos de Alcobaça

Orlando Fernandes publicou um artigo na secção “Sociedade” em que se refere a problemática que, na opi-

nião do Autor, existe em Alcobaça, no convívio entre ciganos e não ciganos. São referidos testemunhos em que, se referem, por um lado, dificuldades na inclusão, e por outro, racismo.

Para o cigano Paulo Lima, “vivem neste bairro 24 famílias, cerca de 200 pessoas. As mulheres são domésticas e os homens vivem de trabalho sazonal, na apanha de fruta. Mas encontrar emprego é muito difícil para os ciganos que, quando chegam à entrevista, se deparam muitas vezes com a “vaga preenchida”, relata Paulo Lima.”

Isabel Costa, presidente da União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria diz que “urge encontrar soluções entre todos (professores, governantes e demais autoridades), sendo que a figura do mediador pode ser um dos caminhos, defende a presidente. Esta foi também a proposta dos vereadores socialistas à Câmara de Alcobaça: “que o Município adira ao programa para a formação de mediadores ciganos, o ROMED, na terceira edição, desta vez com o apoio financeiro da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade”. Ouvidos pelo nosso jornal sobre essa possibilidade, também vários membros da comunidade cigana se mostraram agradados.”

HARC- Henriquina, Associação Recreativa e Cultural
Saber Mais, Viver melhor.

O projeto Saber mais, Viver Melhor visa o empoderamento das mulheres ciganas e a sua capacitação enquanto mães e responsáveis familiares, com vista à melhoria das condições da saúde desta comunidade e o desenvolvimento, nestas mulheres, de competências pessoais e sociais mas também empreendedoras, impulsionando a criação de autoemprego e uma melhor conciliação de vida pessoal, familiar e profissional.

Setembro de 2018 a junho de 2019

Viseu

Para mais informações: henriquina@gmail.com



OBCIG

FICHA TÉCNICA

a caravana

Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

Propriedade e Editor: Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

QUINTA DO BOM PASTOR, EST. DA BURACA, 8/12, 1549-025 LISBOA

TEL. 21 885 5468 - FAX 21 584 9514

Contribuinte N.º 501660054

Email: pastoralciganos@ecclesia.pt Internet: www.ecclesia.pt/pnciganos

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 900 exs.

Paginação: Paulo Nunes - Tlm. 934207548

Impressão: OCPM

Isento de registo na ERC ao abrigo da al^a a) do n.º 1 do art.º 12 do D.R. 8/99 de 9/6, com as alterações introduzidas pelo D.R. 2/09 de 27/01.